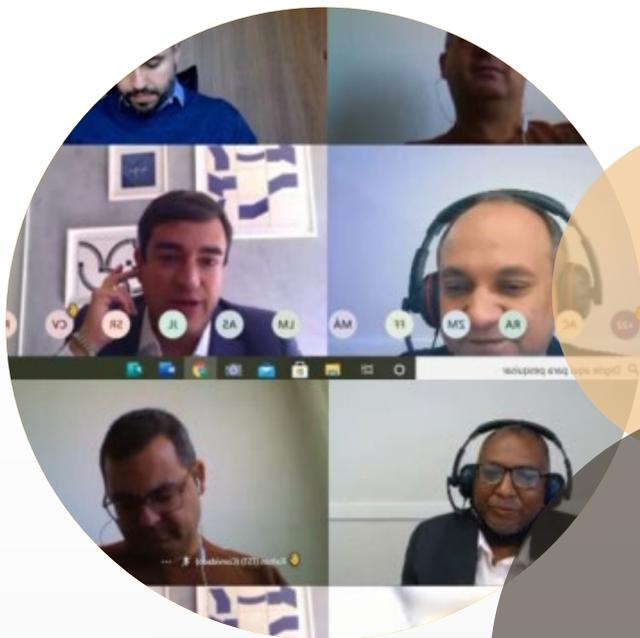


# DF SINDJUS em ação

01 a 09 de Julho de 2021



## SINDJUS-DF PARTICIPA DA 3ª REUNIÃO DO FÓRUM DE CARREIRA



VEJA TAMBÉM:

- Frente Servir Brasil consegue 180 assinaturas para apresentação de Emenda Global à PEC 32
- Nova diretoria do Sindjus-DF realiza primeira reunião de trabalho

- Editorial: Sindjus-DF reafirma compromisso pelo cumprimento das deliberações da categoria na luta pelo NS

[www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br)



01 de julho de 2021

# NOVA DIRETORIA DO SINDJUS-DF REALIZA PRIMEIRA REUNIÃO DE TRABALHO

## e leva à pauta temas de destaque para a carreira

A nova diretoria do Sindjus-DF, empossada no último dia 25 de maio de 2021, realizou, nesta quarta-feira (30/6), a primeira reunião de trabalho objetivando debater e traçar estratégias com relação a temas de destaque da carreira, como Reforma Administrativa, reestruturação da Justiça do Trabalho e Comissão de Carreira do CNJ.

Participaram do encontro os coordenadores-gerais do Sindjus-DF, Costa Neto, Chico Vaz e Abdias

Trajano, os coordenadores de administração e finanças, Antônio Matoso, Anderson Ferreira e Ednete Rodrigues; os coordenadores de imprensa e comunicação Suely de Araújo, Gilson Teodoro e Silvanildo Faria; os coordenadores de assuntos jurídicos Cledo Vieira, José Carlos e Igor Mariano; as coordenadoras de integração sociocultural Gisele Sérgio e Sônia Maria; os coordenadores de Formação e Relações Sindicais Júlio Horta, Marcos Mainieri e Arlete Alves;

e os seis suplentes: Iveraldo de Vasconcelos, Eiraldo Pimenta, Almerindo de Souza, Wallace Pereira, Francisco Xavier e Luiz Teles.

Um dos pontos centrais da reunião foi a tramitação da PEC 32/2020 na Câmara dos Deputados e as ações e mobilizações que têm sido realizadas pelo Sindicato para conter o avanço da proposta. O coordenador-geral do Sindjus-DF, Costa Neto, falou sobre as ações realizadas, sendo que o último ato ocorreu no dia 23 de junho, que incluíram desde mobilizações virtuais, atos na esplanada dos ministérios a carreatas presenciais com expressivos números de veículos.

**“Estes atos têm sido muito importantes para mostrar o despertar dos servidores públicos contra a PEC 32. Junto com outras entidades como o Movimento Basta!, o Sindilegis, a Frente Parlamentar do Serviço Público e a Frente Servir Brasil temos alinhado estratégias importantes para barrar a Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados”,** esclareceu Costa Neto.

Também foi informado que o Sindicato já se reuniu com o relator da PEC 32/2020 na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-SC), com toda a bancada parlamentar do DF; com o presidente da Frente Servir Brasil, deputado professor Israel Batista (PV-DF); e com o presidente da Comissão Especial da Reforma Administrativa na Câmara dos Deputados, deputado Fernando Monteiro (PP-PE).

Outro ponto que figurou na pauta foi a Resolução que reestrutura a Justiça do Trabalho e impacta a rotina dos servidores do 1º e 2º grau. Sobre o tema, os dirigentes destacaram que foram realizados encontros com a Anamatra, a Amatra-10, com o Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), Rogério Neiva Pinheiro, e com a Secretária-Geral do CSJT, Carolina da Silva Ferreira.



Embora o esforço e estratégias do Sindicato, juntamente com a Anamatra e a Amatra-10, tenham sido para adiar a análise do projeto, ampliar o prazo de debate da proposta e realizar ajustes, o Conselho optou por colocar em pauta e aprovar a Resolução na última sexta-feira (25/6).

**“Nos diversos encontros externamos a nossa preocupação com a proposta e com a consequente fragilização da Justiça do Trabalho. Estamos em um cenário político e institucional delicado e toda reestruturação demanda um amplo diálogo”,** ressaltou o coordenador jurídico, Cledo Vieira.

Os dirigentes também debateram sobre a instalação da Comissão de Carreira no CNJ. Foi esclarecido que já foram realizadas duas reuniões do Fórum Permanente de Gestão de Carreira dos servidores do PJJ, sendo que a terceira reunião está prevista para ser realizada no dia 7 de julho, quando serão apresentados estudos e dados acerca das reuniões ocorridas para tratar dos temas incluídos nos três grupos de trabalho, que são: Estruturação de cargos, revisão de normas e portarias conjuntas, desenvolvimento na carreira e qualidade de vida no trabalho (QVT); Recomposição e questões salariais; e Reenquadramento dos auxiliares e VPNI dos Oficiais de Justiça.



## TJDFT RECEPCIONA A RESOLUÇÃO 344 DO CNJ E REGULAMENTA A POLÍCIA JUDICIAL

01 de julho de 2021

**E**m sessão realizada na última terça-feira (29/06), o Pleno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios recepcionou, por meio de uma regulamentação própria, a organização da Polícia Judicial instituída pelo CNJ.

O estudo minucioso sobre a natureza e extensão da Polícia Judicial realizado pelas unidades que elaboraram a instrução do processo administrativo, além do debate qualificado na sessão de julgamento, fez do caso do TJDFT um dos melhores exemplos de interpretação e regulamentação da Polícia Judicial.

*“Um dos diferenciais foi o reconhecimento da alteração da Denominação Funcional de Inspetor e Agente de Segurança Judiciária para Inspetor e Agente de Polícia Judicial e a alteração da Especialidade de Segurança Judiciária para Polícia Judicial, respeitando as diferenças entre os dois institutos [denominação funcional e especialidade], o que pode ser um norte para outros Tribunais”,*

*pontuou Igor Mariano, coordenador jurídico do Sindjus-DF*



Os diretores do Sindicato também destacaram a proeminência dos votos proferidos pelos Desembargadores, em especial o voto do Desembargador Luis Gustavo Barbosa de Oliveira. “Parabenizamos pelo conhecimento aprofundado sobre o tema”, enalteceu Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

A regulamentação do poder de polícia dos Agentes do TJDFT é fruto do esforço e profissionalismo de todos os policiais judiciais do Tribunal, cujo trabalho e reputação funcional foram o elemento de maior força de convencimento administrativo para a vitória materializada pela Resolução TJDFT nº 9, de 29 de junho de 2021.

*“É um trabalho que foi iniciado há muitos anos atrás, após um processo contínuo de profissionalização de toda equipe de segurança institucional do TJDFT, que buscou se aperfeiçoar para ir ao encontro das demandas contínuas de segurança e proteção que a Corte exige”,*

*declarou Anderson Ferreira, coordenador do Sindjus-DF.*

O trabalho do Sindjus-DF agora é para que essa interpretação do TJDFT seja estendida para outros Tribunais.

**SINDJUS**  
FILIE-SE E FORTALEÇA O  
SEU SINDICATO NESTA LUTA!

# SINDJUS-DF DIVULGA PRINCIPAIS ITENS DA AGENDA SEMANAL DA CÂMARA E DO SENADO

05 de julho de 2021

**A**lém da Reforma Administrativa, é importante acompanharmos a instalação da Comissão Mista de Planos e Orçamentos (CMO) que poderá ser instalada pelo Congresso Nacional esta semana. Tal comissão é responsável pela apreciação da LDO para 2022 e palco das discussões sobre possíveis recomposições salariais.

Na Câmara dos Deputados, o Plenário poderá apreciar o Projeto de Lei (PL) 3261/2020, que disciplina o teto remuneratório dos agentes públicos; também poderá entrar na pauta de votação a proposta que altera o Código do Processo Eleitoral.

No âmbito das comissões, a CTASP poderá analisar o PL 223/2015, sobre o novo Estatuto da Improbidade Administrativa; e

o PL 4888/2019, que trata da definição das normas sobre a Governança da Ordenação Pública Econômica.

No Senado Federal, haverá esforço concentrado para votação de uma série de indicações do governo para o CADE, ANS, ANVISA, ANCINE, CVM, TST e STM. Além disso, haverá sessão de debate sobre impacto fiscal do PL 4728/2020, que reabre o prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT); no âmbito da CPI da Pandemia, está prevista a oitiva de Regina Célia Silva Oliveira, servidora do Ministério da Saúde. Por fim, no Plenário, poderá ser votada a MP 1040/2021, que trata da modernização do ambiente de negócios no país.



# SINDJUS-DF PARTICIPA DA 3ª REUNIÃO DO FÓRUM DE CARREIRA

avançando no debate sobre recomposição salarial, reenquadramento de auxiliares, GAE com VPNI e nomeações na JT

07 de julho de 2021

**N**a manhã desta quarta-feira (07/07), o Sindjus-DF, por meio de seus coordenadores Costa Neto e Cleo Vieira, participou da terceira reunião ordinária do Fórum Permanente de Gestão de Carreira instalado pelo CNJ, sob coordenação do conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, e que conta com participação de representantes das administrações do Poder Judiciário e de entidades sindicais e associativas que representam os servidores. O conselheiro Mário Guerreiro, que é da Comissão de Segurança e teve papel fundamental na construção da Polícia Judicial, também integrou a reunião

se colocando à disposição para contribuir com os temas levantados.

O encontro de hoje teve o objetivo de debater de forma mais ampliada acerca dos trabalhos realizados até então pelos grupos formados na reunião anterior para tratar de assuntos específicos. Neste sentido, o Grupo 1, voltado à discussão sobre temas gerais de carreira, pontuou, por meio de sua coordenadora Meg Gomes, do CNJ, que os subgrupos “Adicional de Qualificação”, “NS” e “Polícia Judicial” estão avançando em seus respectivos debates e que até o final do mês apresentarão seus relatórios acer-

ca do andamento das discussões, que serão então apresentados na próxima reunião do Fórum, que está agendada para o dia 4 de agosto de 2021.

Meg ainda colocou, em nome do Grupo 1, a necessidade de que qualquer tema em discussão no Plenário do CNJ que traga impactos aos servidores seja trazido pelo conselheiro Bandeira de Mello para debate pelos integrantes do Fórum, uma vez que o Conselho já baixou resoluções que não foram amplamente debatidas.



## Recomposição emergencial

Em relação ao grupo 2, que trata da recomposição emergencial, o representante do TST, José Railton, fez uma explanação sobre as discussões do grupo, que definiu, com base na inflação do período de 2019 (data da incorporação da última parcela da Lei 13.317/2016) até a atualidade, partir do índice de 14,74% de recomposição salarial para 2022. Definiu-se também que as áreas orçamentárias de cada Tribunal fariam um esforço para trazer à reunião do Fórum a realidade de cada órgão e apresentar qual índice seria possível ser reivindicado diante das restrições da LRF e da EC 95, entre outras. Importante destacar que o Sindjus-DF, nessa reunião, solicitou que constasse em ata que esse seria um índice emergencial, que não recompõe perdas inflacionárias anteriores (a defasagem ultrapassa a casa dos 50%) e que, portanto, ao trabalhar esse percentual não se estaria dando quitação nem abrindo mão da recomposição do período pretérito.

Nesta quarta-feira, representantes dos órgãos que já finalizaram suas projeções a respeito do índice possível de se incluir no orçamento, apresentaram estudos sobre a adoção deste percentual e a margem que se pode trabalhar.

Em razão dos prazos exíguos, o conselheiro Bandeira de Mello decidiu que, neste mês de julho, este debate sobre recomposição salarial é prioritário e deve amadurecer e avançar, pois em meados de

agosto o Poder Judiciário já precisa encaminhar sua proposta de orçamento ao Congresso Nacional. É preciso correr, pois no início de agosto os plenários dos tribunais já devem votar e aprovar suas propostas orçamentárias.

Costa Neto destacou que é importante que haja uma força-tarefa agora para que as administrações incluam uma margem de recomposição salarial para os servidores no que se refere ao Orçamento de 2022, garantindo a dotação orçamentária para que a melhor fórmula de recomposição seja trabalhada e submetida à categoria. “Os representantes das administrações devem finalizar seus estudos e realizar as tratativas internas para viabilizar a inclusão de um índice destinado à recomposição salarial dos servidores nas respectivas propostas orçamentárias. Primeiro, precisamos definir um índice de reajuste geral e incluí-lo no Orçamento, depois discutimos se vai ser via vencimento básico, ou GAJ, ou ainda por ambos”, explicou o coordenador-geral do Sindjus.



## Reenquadramento de auxiliares

No tocante às demandas do Grupo 3, Cleo Vieira fez um histórico bastante detalhado explicando a situação dos auxiliares e fez a defesa que justifica a necessidade de apresentação de projeto de lei específico para reenquadramento dos auxiliares judiciais remanescentes, que somam cerca de 200 colegas em todo o País. “Nós já tentamos resolver essa questão administrativamente, mas o CSJT e o CJF, por exemplo, decidiram que há necessidade de se encaminhar via processo legislativo”, afirmou o coordenador de Assuntos Jurídicos, Trabalhistas e Parlamentares do Sindjus-DF.

Nesse sentido, o grupo 3 deliberou por apresentar ao Fórum proposta de encaminhamento de anteprojeto de lei específico para Reenquadramento dos Auxiliares.

O Sindjus-DF inclusive já apresentou documento com proposta para fazer a correção desta distorção histórica.



### Oficiais de Justiça (GAE com VPNI)

Costa Neto explicou que o Grupo 3 decidiu solicitar que o conselheiro Bandeira de Mello faça gestões junto ao TCU sobre o novo entendimento daquela Corte de contas que veda a cumulação da GAE com VPNI, prejudicando financeiramente os colegas oficiais de justiça, e que também sonde os demais integrantes do Conselho Nacional de Justiça sobre a viabilidade de se realizar uma consulta formal no CNJ sobre o tema.



### Nomeações na JT

Os coordenadores do Sindjus-DF, em conjunto com o representante do CSJT, Thiago Almeida, destacaram a importância do CNJ se manifestar o quanto antes sobre a Consulta 4334-72 de 2021, feita pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, sobre a possibilidade, no âmbito da Justiça do Trabalho, de se aproveitar os servidores já aprovados em concursos de outros tribunais do mesmo ramo para nomeação, uma vez que o TCU está criando alguns impedimentos que podem acarretar em sérios prejuízos para a Justiça do Trabalho e a sociedade em geral.

O coordenador do Fórum ouviu com atenção as exposições e afirmou que estamos avançando para transformar os debates em ações concretas. Bandeira de Mello se comprometeu a conversar com o conselheiro Rubens Canuto, que é o relator da consulta feita pelo CSJT ao CNJ, a debater internamente a proposta de envio do PL sobre o reenquadramento dos auxiliares, e também a se reunir com o TCU e

com os colegas do Conselho Nacional de Justiça sobre uma possível consulta a respeito da cumulação de GAE e VPNI. E esses respectivos assuntos, com seus desdobramentos, voltarão à pauta do Fórum na reunião de 4 de agosto.



Para Costa Neto, a reunião desta quarta-feira foi bastante produtiva no sentido de validar o trabalho que vem sendo realizado pelos grupos e dar seus encaminhamentos.

***Estamos diante de um sem número de demandas e reuniões, que se superpõem e vêm exigindo de todos um trabalho muito intenso nas últimas semanas. O Sindjus-DF está participando de uma série de reuniões, estando presente em todos os grupos de trabalho, e os resultados estão começando a aparecer. Agora, vamos dar ênfase à questão da recomposição emergencial dos nossos salários, mas sem esquecer dos pontos pertinentes à nossa carreira. Os três subgrupos do Grupo 1 têm diversas reuniões ao longo desse mês. E todo esse esforço é fundamental para que as demandas prioritárias possam ser formatadas e encaminhadas ao Congresso Nacional ou às instâncias competentes, para que a categoria possa receber, de forma concreta, o que está sendo construído com toda seriedade e afinco nesse Fórum”, explicou o coordenador-geral do Sindjus-DF.***

# SINDJUS-DF CONVOCA SERVIDORES DO CJF PARA APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DA AÇÃO DO IR SOBRE O AUXÍLIO CRECHE

07 de julho de 2021

O Sindjus-DF convoca todos os servidores do CJF filiados para apresentar a documentação para início da execução da ação do IR sobre o Auxílio Creche. Os documentos deverão ser digitalizados e enviados por meio do portal criado pelo escritório do Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados – [Confira AQUI.](#)

Para promover o cumprimento da sentença, o escritório necessitará dos dados cadastrais pessoais dos interessados e cópia dos seguintes documentos: identidade, CPF, comprovante de endereço e contracheque atual.

Além disso, é necessária a procuração para os advogados atuarem. A procuração já preenchida estará disponível no [portal](#). Os filiados não necessitarão se deslocar até o sindicato para aderirem ao cumprimento da sentença.

Finalizados os procedimentos e ajuizadas as execuções, receberão por e-mail as informações sobre o protocolo e andamento dos seus processos.

### A Ação

Em 2018, transitou em julgado a sentença da ação coletiva nº 0032411-43.2005.4.01.3400 (2005.34.00.032759-4), da 9ª Vara Federal do Distrito Federal, ajuizada pelo Sindjus-DF. A sentença, que beneficia os servidores vinculados aos órgãos do Poder Judiciário no Distrito Federal, afastou a incidência do imposto de renda sobre os valores pagos a título de auxílio pré-escolar e garantiu a restituição dos valores eventualmente descontados desde 4 de novembro de 2000 até o momento da suspensão da incidência do imposto, com acréscimo de correção monetária e juros de mora.

■ *Até o momento já foram convocados os servidores do TJDFT, STM, TRE, STJ e TSE para o cumprimento da sentença em seu nome, para obterem o pagamento do direito judicialmente reconhecido.*



# FRENTE SERVIR BRASIL CONSEGUE 180 ASSINATURAS PARA APRESENTAÇÃO DE EMENDA GLOBAL À PEC 32

07 de julho de 2021

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), em que o Sindjus-DF é participante e integra o Conselho Curador, conseguiu, nesta quarta-feira (7/7), 180 assinaturas, das 171 necessárias, para apresentação do texto substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020.

Conhecida como Emenda Global, o documento pretende promover ajustes no texto da Reforma Administrativa, impedindo injustiças previstas na versão original da proposta. “Esse foi um passo gigante que foi dado rumo à correção das distorções e à retirada de pontos nocivos ao serviço público e à socieda-

de incluídos pelo governo na proposta. O trabalho agora será para convencer os 34 membros da comissão especial a acatarem a emenda”, declarou Costa Neto, coordenador-geral do Sindjus-DF.

A Emenda Global prevê: a garantia da estabilidade para todos os servidores, fim do vínculo de experiência, impede superpoderes ao presidente e garante segurança jurídica aos concursos homologados.

*Participe desta mobilização, envie e-mail a cada um dos 34 parlamentares da Comissão Especial em prol da emenda. A união faz a força!*



# Editorial:

# SINDJUS-DF REAFIRMA COMPROMISSO pelo cumprimento das deliberações da categoria na luta pelo NS

08 de julho de 2021

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal – Sindjus-DF – esclarece que em relação ao tema “Nível Superior para Técnicos” todos os encaminhamentos, campanhas e ações da Diretoria do Sindicato sempre foram pautados no sentido de dar cumprimento às deliberações oficiais da categoria oriundas dos mais diversos fóruns e instâncias, locais e nacionais, que, no caso concreto, decidiram encaminhar o NS sem impacto orçamentário.

Na atualidade, o Sindjus-DF participa como membro efetivo do Fórum Permanente de Gestão de Carreira dos servidores do Poder Judiciário instalado pelo CNJ, inclusive participando de todas as reuniões do subgrupo de trabalho onde se discute especificamente o NS.

Todas as ações do Sindjus-DF, no âmbito do Fórum Permanente de Carreira ou em outros espaços democráticos, têm o propósito de viabilizar o NS seguindo fielmente as deliberações da categoria e dos seus segmentos específicos. Inclusive, o nosso Sindicato, também defendendo integralmente as deliberações aprovadas nas instâncias competentes da nossa categoria, participou por meio de seu coordenador-geral Costa Neto da comissão interdisciplinar de carreira instalada anteriormente pelo STF, na qual foi aprovada em 2017 a proposta de Nível Superior para Técnicos e seu encaminhamento ao colégio de diretores gerais sem impacto orçamentário.

A adoção do Nível Superior para Técnicos não se trata de uma demanda isolada da base do Sindjus-DF, mas sim de um debate de interesse nacional, uma vez que nossa carreira é regida por uma lei federal única. No passado, o Distrito Federal e diversos estados da Federação debateram e tiraram suas posições a respeito desse tema, que também foi amplamente discutido e aprovado nacionalmente, portanto, a Diretoria do Sindjus-DF informa que mantém, de forma incontestável, o compromisso de respeitar, encaminhar e defender exclusivamente o que foi aprovado legitimamente pela categoria.

O Sindjus-DF esclarece ainda que caso haja alterações nas deliberações da categoria no que se refere ao NS, dará total cumprimento ao que for decidido, modificando seu posicionamento atual, que é fundamentado nas decisões válidas até o presente momento.

Portanto, os colegas técnicos podem se tranquilizar, pois o Sindjus-DF está acompanhando com plena atenção todas as movimentações em torno deste tema, bem como atuando com toda lisura necessária para garantir o cumprimento integral das deliberações da categoria e do segmento específico.

- *Por fim, ressaltamos que essa Diretoria, além do compromisso com sua base, tem responsabilidade com as questões de toda a categoria dos servidores do PJU e MPU, no âmbito nacional, porquanto, costuma cumprir, de modo intransigente, os mandamentos tirados de suas instâncias deliberativas!*

**Diretoria do  
Sindjus-DF**



DF  
**SINDJUS**  
em ação

**Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do MPU no DF**

Edifício Brasília Trade Center - SCN Quadra 01 Bloco C Sala 201 à 208 - Brasília/DF - CEP: 70.711-902

Fone: (61) 3212-2613 / e-mail: [sindjus@sindjusdf.org.br](mailto:sindjus@sindjusdf.org.br)

 @sindjus  @sindjusdf | [sindjusdf.org.br](http://sindjusdf.org.br)